

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.019 - DF (2013/0375128-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EMBARGANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
EMBARGADO : SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - SINPROPREV
ADVOGADOS : MARISTELA PINTO DA MOTA E OUTRO(S) - DF001691A
MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO - DF016362
INTERES. : MARLY DE FIGUEIREDO TORRES PARANHOS
INTERES. : MARLY DOMINGOS ARTHUR COSTA
INTERES. : MARLY LOURENCO DOS SANTOS PINHO
INTERES. : MARY KELLY BARBOZA LIMA
INTERES. : MAURICIO JOSE CORREA
INTERES. : MAURO GARCIA CORREA
INTERES. : MAURO JORGE TAVARES DA SILVEIRA TERRA
INTERES. : MAURO MARCHIONI
INTERES. : MAURO REZENDE DE AZEVEDO
INTERES. : MAURO TRINDADE GREQUI
INTERES. : MERVAL DE OLIVEIRA MELO
INTERES. : MERYLUCI AFFRO GONCALVES DA SILVA
INTERES. : MIGUEL ARCANJO DA SILVA NETO
INTERES. : MIGUEL CARLOS CALMON NOGUEIRA DA GAMA
INTERES. : MIGUEL CAVALCANTE NETO
INTERES. : MIGUEL DE FRANCO
INTERES. : MIGUEL DOS SANTOS FONSECA NETO
INTERES. : MIGUEL PEDRO CHALUP
INTERES. : MILTON ALVES SOUSA
INTERES. : MILTON BAPTISTA SEABRA
INTERES. : MILTON BARRETO DE OLIVEIRA
INTERES. : MILTON DE OLIVEIRA CONDESSA
INTERES. : MILTON DOS SANTOS
INTERES. : MILTON LOPES DA ROCHA
INTERES. : MIRIAM CARRAO DA FONSECA

DECISÃO

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS opôs os presentes embargos à execução em mandado de segurança.

Alegou estar prescrita a pretensão executória. Afirmou haver excesso de execução, consistente em: (a) não observância da reestruturação da carreira de Procurador Federal em junho de 2000, pela MP 2.048/00; (b) não

observância da proporcionalidade de 9 dias em outubro de 1998, em razão do mandado de segurança ter sido impetrado em 22/10/1998; (c) inclusão de rubricas referentes a decisões judiciais na base de cálculo; (d) inclusão de beneficiários falecidos antes da impetração e no curso do processo; (e) inclusão de beneficiários que já receberam pagamento em virtude de outra ação judicial com o mesmo objeto; (f) não abatimento de parcelas pagas administrativamente; (g) inclusão de filiados após a impetração; e (h) inclusão de juros e correção monetária por índices indevidos.

Pediu a procedência dos embargos, com a homologação dos cálculos da autarquia. Juntou documentos.

A parte embargada apresentou impugnação. Refutou as alegações de prescrição, disse que o título prevê expressamente a data limite para os cálculos. Defendeu-se da tese da proporcionalidade em outubro de 1998 e das alegações de que a base de cálculo deve ser reduzida, tecendo considerações sobre o conceito de remuneração. Quanto ao argumento de houve falecimento de servidores antes da impetração, e mesmo no curso da ação originária, defendeu a cobrança por parte dos respectivos pensionistas. Aduziu que não procede a alegação de litispendência. Aceitou a compensação das parcelas administrativas, acolhendo, **neste ponto**, os cálculos do executado. Por fim, mencionou sobre os juros e a correção monetária.

Pediu a rejeição dos embargos e a expedição do requisitório do incontroverso.

Não houve réplica.

A Coordenadoria de Execução Judicial prestou informações.

A parte embargada se manifestou sobre as informações. Não houve pronunciamento da parte embargante.

A autora requereu o destaque dos honorários advocatícios.

É o relatório.

DECIDO.

DA PRESCRIÇÃO

A execução foi proposta em 17/03/2008, sendo que o desmembramento para limitação de litisconsórcio multitudinário não importa em propositura de nova ação, mas de mero procedimento, razão pela qual não há que falar em prescrição.

DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA PELA MP 2.048/00

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que não há ofensa à coisa julgada em observar a limitação prevista na MP 2.225/01 para fins de limitar o reajuste de 3,17% à reestruturação da

carreira.

Isso porque diversas decisões eram anteriores à MP 2.225/01, e reconheceram o direito ao reajuste, sem ter analisado se houve ou não reestruturação.

No caso dos autos, entretanto, houve discussão e decisão expressa sobre a questão, tendo sido assim decidido (fls. 372 do Mandado de Segurança n. 6.019):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REAJUSTE DE 3,17% CONCEDIDO AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. FATO NOVO. POSSIBILIDADE DE EXAME. ART. 462 DO CPC. OMISSÃO NO ARESTO CONCESSIVO DA SEGURANÇA. LIMITAÇÃO ESTABELECIDA PELA MP 2.225/01.

1. A norma que foi editada entre a impetração do mandado de segurança e seu julgamento deve ser reconhecido, mesmo de ofício pelo julgador, a teor do art. 462 do Código de Processo Civil.
2. Havendo omissão no acórdão concessivo do reajuste de 3,17% e podendo, naquela assentada, ter o acórdão estabelecido a limitação temporal para a concessão do reajuste, é de serem acolhidos os embargos declaratórios para sanarem tal omissão.
3. O reajuste de 3,17%, devido aos servidores públicos federais, deve ser limitado à 31/12/01, de acordo com os arts. 8º, 9º e 10 da MP 2.225/01.
4. Embargos declaratórios acolhidos.

Do dispositivo da decisão (fl. 374), extrai-se: *Ante o exposto, acolho os embargos declaratórios para esclarecer que o reajuste de 3,17% deve ser pago até a data de 31/12/2001, na forma da MP nº 2.225/01, aos servidores filiados ao impetrante.*

Sendo a reestruturação anterior à data da MP e à data do acórdão cuja ementa transcrevi acima, não há que falar em fato novo para a presente decisão, razão pela qual deve ser mantida a data fixada no mandado de segurança

DA PROPORCIONALIDADE DO MÊS DE OUTUBRO DE 1998

Consoante jurisprudência pacífica, *o mandado de segurança não é via adequada para pleitear pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias referentes a período anterior ao ajuizamento da inicial, conforme disposto no art. 14, § 4º, da Lei n. 12.016/2009* (AgInt no MS n. 22.970/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 28/2/2018), de forma que o cálculo deve ser limitado à data da propositura da ação.

BASE DE CÁLCULO

O reajuste deve incidir sobre a totalidade da remuneração dos autores,

conforme jurisprudência já pacificada:

SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DIFERENÇAS DE 3,17%. INCIDÊNCIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E À ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS - GEFA. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86% QUE SE ENCONTRA ALBERGADO NA BASE DE CÁLCULO DO REAJUSTE DE 3,17%. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte Superior firmou entendimento de que incide o reajuste de 3,17% sobre a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação dos Tributos Federais - GEFA e sobre o reajuste de 28,86%. Precedentes: AgRg no REsp. 813.276/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 8.6.2009; AgRg no REsp. 803.246/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 3.11.2008; AgRg no REsp. 966.354/PR, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 12.8.2015; AgRg no REsp. 1.118.344/PR, Rel. Min. ASSUSETTE MAGALHÃES, DJe 13.2.2014; AgRg no REsp. 982.681/RN, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 1.8.2013.

2. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1618798 / PR, Rel. Min Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 03.10.2018).

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INCIDÊNCIA DOS 3,17% SOBRE AS DIFERENÇAS DEVIDAS A TÍTULO DE 28,86% E SOBRE AS VERBAS INCORPORADAS. POSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997, ACRESCIDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. OCORRÊNCIA. MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO REPETITIVO (EDCL NO RESP 1478439/RS).

1. No presente caso, ainda que não provido o recurso especial da ora agravada, quanto às questões de mérito, não há como afastar-se a sucumbência recíproca reconhecida por esta Corte Superior em decisão monocrática anteriormente proferida, haja vista que, a despeito de restar vencedora no que tange aos demais pontos, a parte agravante ficou vencida no que se refere ao percentual calculado a título de juros de mora, a atrair a incidência do art. 21 do CPC. Precedente: EDcl no REsp 1478439/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 10/06/2015, DJe 18/06/2015, processado nos termos do art. 543-C do CPC.

2. Salienta-se que não é caso de aplicar-se o regramento da parágrafo único do art. 21 do CPC, uma vez que não há que se falar em sucumbência mínima da parte agravante, especialmente porque o acolhimento parcial do recurso especial apresentado pela ora agravada implicou na redução da taxa de juros na ordem de 1% ao mês para 0,5% ao mês.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp. 966.354/PR, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 12.8.2015).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA. RESÍDUO DE 3,17%. INCIDÊNCIA SOBRE A RETRIBUIÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL - RAV. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A questão referente à necessidade de limitação temporal do resíduo de 3,17% à data da reestruturação da carreira dos agravados somente foi suscitada no presente Agravo Regimental. Assim, por se tratar de inovação recursal, inviável o exame da matéria. Precedentes.

II. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o resíduo de 3,17% deve incidir sobre as parcelas pagas a título de Retribuição Adicional Variável - RAV, tal qual ocorre com o reajuste de vencimentos/proventos de 28,86%.

III. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp. 1.118.344/PR, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 13.2.2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO REAJUSTE DE 3,17%. MP N. 2.150-39/2001. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. INCIDÊNCIA SOBRE O REAJUSTE DE 28,86%. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp. 982.681/RN, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 1.8.2013).

Quanto à inclusão das rubricas de decisões judiciais na base de cálculo de alguns substituídos, o INSS deve esclarecer se tais rubricas serviram de base ou se sobre elas, ainda que de forma reflexa, houve a incidência do reajuste de 22,07%, a partir de janeiro/1995, uma vez que a base de cálculo a ser considerada deve ser a mesma daquela época.

FALECIDOS ANTES DA IMPETRAÇÃO e FALECIDOS NO CURSO DO PROCESSO

O sindicato é parte legítima para representar os pensionistas da categoria, no caso de valores devidos após o óbito do credor originário, bastando, portanto, regularizar a habilitação processual no feito a título de credor de pensão. Dessa forma, será possível continuar a execução nos mesmos autos. Nesse sentido vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FALECIMENTO DO SERVIDOR ANTES DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO SINDICATO PARA REPRESENTAR O PENSIONISTA.

O título executivo oriundo de ação coletiva abrange os servidores e

pensionistas incluídos na categoria representada pelo substituto processual. Assim, impõe-se considerar que o Sindicato possui legitimidade ativa *ad causam* para substituir a pensionista, em execução de sentença, diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação ao servidor falecido, independentemente de seu óbito ter ocorrido antes do ajuizamento da execução. Precedentes: REsp 1.276.388/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/11/2011; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/10/2015; AgInt no REsp 1.744.661/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 3/10/2018.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1740853/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019).

Nesse caso, devem ser apresentados os documentos pessoais com o número de CPF do(s) pensionista(s) habilitado(s) no órgão de origem do beneficiário falecido, bem como documentos do órgão de pessoal com indicação da cota parte da pensão durante o período de apuração das diferenças.

De outra forma, os valores devidos até a data do óbito são incorporáveis ao patrimônio do *de cujus*, caracterizando crédito de herança passível de ser transferido ao espólio.

ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TAXA DE JUROS APLICÁVEIS

No julgamento do Recurso Extraordinário n. 870.947, o Supremo Tribunal Federal assentou que, no tocante aos juros moratórios, devem ser aplicados os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança a todas as condenações impostas à Fazenda Pública, excetuando as de natureza tributária. Transcrevo a tese do voto do Ministro Luiz Fux, voto condutor do julgamento:

Quanto aos juros moratórios incidentes sobre condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, devem ser observados os critérios fixados pela legislação infraconstitucional, notadamente os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Relativamente à correção monetária, ficou estabelecido que deve ser aplicado o IPCA-E igualmente para todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, nos seguintes termos:

A fim de evitar qualquer lacuna sobre o tema e com o propósito de guardar coerência e uniformidade com o que decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a questão de ordem nas ADIs nº 4.357 e 4.425, entendo que devam

Superior Tribunal de Justiça

ser idênticos os critérios para a correção monetária de precatórios e de condenações judiciais da Fazenda Pública. Naquela oportunidade, a Corte assentou que, após 25.03.2015, todos os créditos inscritos em precatórios **deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Nesse exato sentido, voto pela aplicação do aludido índice a todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, qualquer que seja o ente federativo de que se cuide.**

Posteriormente, em decisão monocrática em sede de embargos de declaração, ocorreu a suspensão dos efeitos desta decisão até análise do mérito dos embargos. E, Levados a julgamento os embargos declaratórios, o resultado foi o seguinte:

Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia do Relator, rejeitando todos os embargos de declaração e não modulando os efeitos da decisão anteriormente proferida, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello; do voto do Ministro Marco Aurélio que, além de acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes, afastava a eficácia suspensiva dos embargos de declaração; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Luiz Fux (Relator) no sentido de rejeitar integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente leading case, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.03.2019.

Como se vê, há seis votos já proferidos em sentido contrário à modificação do julgamento originário - este já terminado e prolatado - sendo que para a modulação dos efeitos da decisão seriam necessários oito votos em sentido diverso, nos termos do artigo 27 da lei 9.869, situação que, em que pese possa ocorrer, não confere plausibilidade à tese da União de que o feito deve ficar suspenso, uma vez que sobrestar os milhares de processos que tramitam em sede de execução neste Superior Tribunal acarretaria apenas um grande prejuízo ao serviço judiciário e à duração razoável do processo.

Observe, ainda, que sequer o atraso na liquidação deste julgado beneficia ao INSS, já que lhe custa 6% de juros ao ano, mais correção monetária, enquanto a taxa SELIC está atualmente em 6% ao ano.

Registro, ainda, que na movimentação processual do Recurso Extraordinário n. 870.947, há julgamento pautado para o dia 3 de outubro próximo, de forma que indefiro a suspensão do presente feito, para permitir a liquidação do julgado com a utilização do IPCA-E, estabelecendo, desde já, que sejam adotados os índices determinados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 870.947, inclusive com eventuais alterações feitas em sede de embargos de declaração lá pendentes.

Por cautela, determino que devem ser feitos dois cálculos, um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que a expedição do precatório se dará pelo primeiro cálculo, e um precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o Recurso Extraordinário n. 870.947, observando eventuais modificações no julgamento, conforme já estabelecido.

TERMO FINAL DOS JUROS DE MORA

Por fim, quanto ao termo final dos juros de mora, deve ser considerado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 579.431, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema n. 96, veio a fixar a seguinte tese: *Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.*

PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS

O abatimento dos pagamentos administrativos deve ser feito na data em que eles ocorreram, de forma proporcional ao período cobrado.

Nesse ponto, observo que a parte autora concordou com os cálculos do INSS **com relação aos pagamentos administrativos**, conforme se extrai do item 3 da folha 118 da impugnação aos embargos.

LITISPENDÊNCIA

Conforme indicação do quadro de fls. 142/143 dos autos, há execuções individuais tramitando para 9 autores, os quais devem ser excluídos do presente feito em face da existência de litispendência, não havendo oposição do sindicato.

FILIADOS APÓS A IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA

Como se trata de execução em mandado de segurança coletivo impetrado por SINDICATO, não há que falar em exclusão daqueles que se filiaram após a propositura do *writ*. Isso porque nos termos do entendimento firmado no RE 573.232/SC, julgado pela sistemática da repercussão geral, ficou assentada a tese de que os sindicatos detêm legitimidade extraordinária

para substituir em juízo toda a categoria, por expressa previsão constitucional (art. 8º, III, da Constituição Federal).

RECEBIMENTO DE VALORES POR MEIO DE OUTRA AÇÃO JUDICIAL

A parte embargante aduz que o substituído MAURO TRINDADE GREQUI recebeu valores por meio de outra ação com o mesmo objeto.

Nesse sentido, a parte executada deve providenciar documentação comprobatória dessa situação e, na linha do que restou assentado nas informações prestadas pela Coordenadoria de Execução Judicial, à fl. 145, deve ser informado *o objeto e o período de cálculo abarcado, para que se possa efetuar eventual cotejo ou limitação do cálculo nestes autos.*

LIMITAÇÃO DO CÁLCULO AO TETO CONSTITUCIONAL

Em relação às diferenças salariais pleiteadas, em alguns meses do período do cálculo, pelo substituído MAURO MARCHIONI, consoante informações prestadas pela Coordenadoria de Execução Judicial, à fl. 151, *cabe registrar que, comprovada a ocorrência de rubrica abate teto na remuneração de alguns beneficiários, nesse interregno, seria inócua a apuração de qualquer diferença salarial no mês respectivo, pois atrairia, também, a incidência do abate teto sobre esse resíduo remuneratório, ainda que discutido em âmbito judicial.*

FORMA DE LIQUIDAÇÃO DO JULGADO

Considerando que a Coordenadoria de Execução Judicial possui considerável estoque de cálculos a realizar, e apenas um contador, o cálculo de liquidação do julgado será feito por perito a ser nomeado, sendo realizada uma nomeação para cada registro, medida esta que importa em benefício para ambas as partes, eis que o cálculo elaborado por perito do juízo permite homologação mais célere, chegando antes à expedição do precatório.

Desde já, fixo os honorários dos peritos em R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) para cada autor que apresentar quesitos e documentos deflagrando a liquidação (valor fixado nos termos da Resolução n. 232 do CNJ). Os honorários serão suportados pela parte autora.

Em face do exposto, **julgo parcialmente procedentes** os embargos a execução do inss, para fins de extinguir a execução dos substituídos que constam no quadro elaborado pela Coordenadoria de Execução Judicial à fls. 142/143 dos autos, e, quanto aos demais, determinar que o cálculo dos valores devidos aos autores sejam liquidados da seguinte forma:

Superior Tribunal de Justiça

	Parâmetro
Base de Cálculo do Principal	Remuneração total do servidor
Período de Incidência	22/10/1998 a 31/12/2001
Descontos Incidentes	IR, inclusive sobre os juros, e PSS
Índice de Correção Monetária	IPCA-E
Termo Inicial da Correção Monetária	Cada vencimento
Termo final da Correção Monetária	Efetivo pagamento do precatório
Índice de juros a serem aplicados	- 1%, nos termos do art. 3º, Decreto-Lei 2322/87 até 26/08/01 - 0,5% a.m. até junho/2009, nos termos da MP 2.180/01 - Poupança a partir de julho/09.
Termo inicial dos juros	Cada vencimento
Termo final dos juros	Expedição do Precatório
Pagamentos Administrativos	Abatimento dos valores apontados pelo INSS na petição de embargos.

Defiro a expedição imediata das requisições de pagamento de valor incontroverso, com destaque de honorários advocatícios, cujos valores deverão ser atualizados de acordo com os critérios elencados nos itens ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TAXA DE JUROS APLICÁVEIS e TERMO FINAL DOS JUROS DE MORA.

Condeno o INSS ao pagamento de honorários fixados em 8% sobre o valor remanescente decorrente do cálculo, considerando que impugnou a execução por completo, com base na prescrição.

Condeno a parte autora ao pagamento de honorários fixados em 8% sobre o valor que for reduzido entre o cálculo inicial apresentado e o cálculo decorrente da liquidação do presente julgado.

Decorrido o prazo legal, voltem os autos conclusos para nomeação de perito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator